

A Voz do Aluno: um dizer que emerge do silenciamento, da opressão

Clóris Maria Freire Dorow¹

Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O presente artigo aborda a questão do poder exercido pela escola sobre os corpos, como forma de comandar, de moldar, de modificar, tendo como materialidade discursiva o discurso de dois alunos e uma aluna do grupo "Ocupa", material obtido através de gravação de entrevista realizada pelos alunos. Este grupo surgiu como uma forma de se opor à reforma do ensino médio, promulgada pelo governo atual, sem a devida consulta aos principais envolvidos, discentes e docentes. A vertente teórica, que embasa esta discussão, é a Análise de Discurso francesa. No discurso escolhido, observou-se que o dizer dos alunos, mesmo lutando por direitos que lhe seriam concernentes, reproduz formações discursivas que demonstram dizeres preñhes de autoritarismo, advindos do discurso pedagógico. Também se pôde observar alguns aspectos que sobressaem na argumentação: as formações imaginárias que tentam prever quem é o interlocutor, assim como aspectos prosódicos como: pausas, silenciamentos que trazem para os dizeres outros sentidos.

Palavras-chave: Discurso; Escola; Poder.

Title: The voice of the student: a saying that emerges from the silencing, from the oppression

Abstract: This article deals with the question of the power exercised by the school over bodies, as a way of commanding, shaping, modifying, having as discursive materiality the discourse of two male students and a female student of the group "Ocupa", material obtained through recording interviews conducted by the students. Such a group emerged as a way of resistance against the High School Reform, promulgated by the current government, without proper consultation of key stakeholders, students and teachers. The theoretical support which underlies this discussion is the French Discourse Analysis. In the discourse chosen, it was observed that the students' words, even considering they were fighting for rights that would be pertinent to them, reproduce discursive formations that demonstrate the pregnant words of authoritarianism, coming from the pedagogical discourse. It was also possible to observe some aspects that stand out in the argumentation: the imaginary formations that try to predict who the interlocutor is, as well as prosodic aspects like: pauses, silencing that bring other senses to the sayings.

Keywords: Discourse; School; Power.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), com ênfase na Análise de Discurso. Professora do Mestrado em Educação e Coordenadora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu de Linguagens Verbo/Visuais e Tecnologias do Instituto Federal Sul-Riograndense.
E-mail: clorisdorow@hotmail.com.

No ano de 2016, o Governo Federal, anuncia a PEC 241 (reforma da previdência) e a medida provisória que iria transformar o currículo do Ensino Médio com uma série de medidas como: a retirada da Filosofia, Artes, Educação Física, dentre outras disciplinas. A medida provisória foi colocada nas propagandas do governo e por alguns setores da mídia como o fator de suma importância para a melhoria do Ensino, sem buscar as informações e a avaliação das pessoas mais abalizadas para tal, docentes e discentes. Tais atos, que demonstraram a arbitrariedade do governo, provocaram revolta em professores e alunos, os mais atingidos pela medida provisória colocada como a salvação de todos os problemas da educação.

Como resultado da politização, semeada pelos professores, os alunos de uma escola X resolveram realizar a ocupação do educandário. Tal discurso não poderia passar despercebido para uma análise de discurso, num momento político privilegiado em que os alunos reconheceram a importância do ato de resistir.

O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre o sujeito aluno que pela, mesmo em aparente situação de comando, ainda conserva em seu dizer uma formação discursiva que demonstra a dominação exercida pela escola. Tal constatação pôde ser objeto de análise, através de entrevista gravada pelos próprios discentes, durante a ocupação dos alunos em um determinado educandário. O embasamento teórico principal deste artigo é a Análise de Discurso francesa que teve como teórico fundador Michel Pêcheux. Além disso, foi utilizada a Prosódia, mostrando que a voz assinala outros sentidos através da entonação, das pausas, do silêncio.

É necessário enfatizar que a Análise de Discurso direciona-se para o entendimento do modo como um objeto simbólico, o discurso, efetivado em palavras através da voz, no caso deste corpus, produz sentidos, de como ele se reveste de significância para e por sujeitos. Logo, considera-se a voz, lugar das entonações do dizer, das pausas como elemento denotador de sentido. Vale trazer Piovezani (2013, p. 15) para enfatizar tal ideia:

A voz se dá em um instante, mas repercute o que fomos, o que somos e o que queremos ser. Por essas razões, a voz é signo da exterioridade e da interioridade do sujeito, pois indica feições do corpo e estados da alma implicados necessariamente na constituição, na formulação e na circulação dos sentidos na sociedade.

É importante considerar, também, o pensamento de Souza (2009, p. 35), para quem, ao se falar em prosódia, não se deve referir apenas ao sistema sonoro da língua, mas aos efeitos de enunciação, isto é,

a voz se coloca no intervalo entre dizer e não dizer, entre o sentido e o não sentido. É o caso de fixar o gesto analítico no movimento em que a voz circula do sentido rumo ao não sentido, dando a ver a singularidade vocal que age na ante-sala que dá para o espaço de emergência de uma subjetividade.[...] Aí o próprio da voz está no esquema rítmico que incide na cadeia da fala,

indiferente às palavras que se arranjam sintaticamente na superfície enunciativa.

Para o autor, a voz expressa sentido até mesmo no silêncio que instaura, impondo, ao processo analítico, a observação da singularidade do dizer não só pelas palavras e pelas expressões utilizadas, mas também pelo ritmo e pela entoação. Falar é emitir sonoridade, é emitir sentidos através do ritmo do dizer.

Logo, a voz é mais um elemento de análise na busca por um sentido e assim como as entonações advém da memória discursiva ou interdiscurso, memória esta denominada por Dorow (2013) como memória-afetivo-prosódica², ela também atua no intradiscurso, sendo imprescindível para a compreensão dos enunciados e de sua relação com outros discursos. Para Pêcheux (2011, p. 158), o interdiscurso não se constitui num efeito integrador da discursividade, mas é o seu princípio de funcionamento, isto “porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva podendo se construir e se deslocar historicamente”.

No fala abaixo, pode-se observar como as formações discursivas têm fronteiras frágeis e se mesclam. Num determinado momento, em um encontro entre o Diretor da escola e os alunos, no dia da ocupação, há um discurso que tenta ser democrático, pois no desenrolar de um diálogo tenso, em que foi pedido que os alunos falassem obedecendo a uma ordem de inscrição, a voz da diretoria era usada, ininterruptamente, como forma de interromper a fala dos alunos e de impor seu posicionamento de forma incisiva, sem obedecer a vez que lhe seria concedida:

SDR1

Todos os alunos têm direitos iguais.

Também a diferença é um direito de todos, mas aceitamos isto, quer dizer, e aceitamos isto...(grifo meu)

Percebe-se no primeiro enunciado, uma determinada posição sujeito em que há uma formação discursiva jurídica, reportando-se ao enunciado: “Todos são iguais perante a lei”, trazida pela memória discursiva e redundando em um efeito do pré-construído. Esta é a forma sujeito histórica capitalista, constituída pelo jurídico que emerge na primeira frase da sequência discursiva um. Há uma entonação diferenciada, com maior tempo de duração na palavra “têm”, mostrando que o sentido desta palavra é de suma importância neste discurso, numa forma de enfatizar um posicionamento supostamente democrático do Diretor.

Já na segunda frase da sequência discursiva um, subentende-se que “ter direito” deriva de “perante a lei”, sendo uma paráfrase, não é um pré-construído. O pré-construído a

² Noção teórica cuja pretensão é considerar, no âmbito da interdiscursividade, os efeitos da prosódia que se encontram irremediavelmente ligados à afetividade e, portanto, à subjetividade.

que o primeiro enunciado se reporta é todos são iguais perante a lei, que é um princípio geral, mas “todos têm direito à diferença” pode variar muito de um sujeito discursivo para outro, motivados pelo lugar social que ocupam, pela espaço, pela historicidade, de uma situação para outra. No corpus observado, aparece uma adversativa “mas” em vez de uma aditiva “e” que surge como um ato falho e que tenta ser consertado, mas para Lacan é nestes atos falhos que a verdade emerge. O mais surpreendente, nessa incompletude, é a contradição que se estabelece, já que a falha, a ausência, constituem o sujeito. Segundo Lacan, é “presença na ausência”. “Mas aceitamos isto”, sugere que mesmo sem concordar com o fato de todos terem direito à diferença, esta será aceita, como uma concessão. Observa-se que o segundo enunciado precisa do primeiro para ser entendido. O primeiro enunciado é universal, jurídico, já o segundo é histórico, pois sua formulação irá ter diferentes sentidos nas diversas conjunturas em que poderá se efetivar.

Ainda neste segundo enunciado, a palavra diferença recebe uma entonação mais longa, provavelmente é a palavra que precisa ser mais destacada na fala, pois a diferença foi o segundo motivo que motivou a ocupação.

Em relação à questão deste suposto domínio exercido pela Direção, como representante de uma gestão opressora, que demonstra claramente seu poder de mando, Althusser (1985, p. 47) diz que

os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente *pela ideologia*, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico). Assim a escola e as Igrejas «educam» por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas.

Assim, a escola mostra-se, como explicita Althusser (op. cit.), como um dos aparelhos ideológicos do Estado, direcionando comportamentos, usando o discurso do medo para calar, submeter. Foucault (1999, p. 38) também é trazido para esta discussão, ao dizer que o poder se embasa em uma homogeneização que caracteriza a lei, a norma para igualando poder dominar.

Lagazzi (1988, p. 46) também salienta que nem sempre a lei e a norma são capazes de dominar, mas costumes estabelecidos pelo senso comum são poderosos aliados do poder, isto é, “não só a hierarquia de autoridade nas relações entre as pessoas mas também as opiniões e crenças, as regras e padrões de comportamento socialmente estabelecidos, baseados no senso comum, possibilitam a atribuição de direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas, instaurando um juridismo no cotidiano das relações pessoais”.

Já a sequência discursiva abaixo, segundo o aluno, demonstra que o dizer da equipe diretiva foi só uma falácia. Além disso, percebe-se que tudo o que foi falado por outros alunos, além dos dizeres do senso comum e os dizeres de outros discursos, estão ali, significando.

Todos os sentidos já ditos por alguém, em inúmeros lugares, em momentos diversificados, mesmo longínquos, têm efeito sobre os dizeres do aluno. Um exemplo do *corpus* pode ilustrar essa questão:

SDR2

A democracia aqui foi só no discurso pois o pessoal da Direção disse que estava do nosso lado mas queria impor regras para a ocupação...Aí nós estávamos no início muito tímidos, com medo de contrariar as autoridades: professores e o pessoal da Direção, mas resolvemos, loucos de medo, impor nossa autoridade...Mas tivemos impedimentos pois teve alguns da Direção que nos trataram muito mal...Sempre tentavam nos convencer através do medo...Vocês vão ser penalizados se sumir alguma coisa, os pais de vocês são os responsáveis por vocês e serão cobrados... Os funcionários terceirizados não irão receber pois estão sendo impedidos de entrar na escola e realizar seu trabalho. Eles podem até ser despedidos... Este dia sobre a ameaça dos funcionários foi um dia de muito stress, mas apesar da preocupação com os funcionários, não desistimos...

No corpus analisado acima, está também em jogo o que Pêcheux (1997b, p. 82) denominou formações imaginárias. Segundo ele, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. É, pois, a partir das formações imaginárias que o sujeito discursivo estabelece os lugares ideológicos ocupados por ele e pelo seu interlocutor, determinando o que convém que seja dito, bem como o efeito de sentido que terá o seu dizer. Os alunos cultivavam o medo em relação às suas atitudes de comando, pensando como reagiriam a equipe diretiva e os professores, com uma imagem de não aceitabilidade por parte do outro. Já a equipe diretiva imaginou que, cultivando o medo de uma punição que recairia sobre os pais e a culpa em relação aos funcionários, os alunos desistiriam.

Pode-se perceber que, ao se abordar a forma como o poder disciplinador da escola se exerce sobre os corpos do sujeito-aluno, fica evidente a posição desfavorecida que estes ocupam no espaço escolar, pois o lugar ocupado por seus corpos é imposto pela escola, a qual desconhece suas necessidades, ignora seus desejos e nega sua historicidade. Aqui cabe se reportar a Foucault (1999, p. 75), o qual afirma: “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.

Os saberes que envolvem o discurso do espaço escolar são criados e mantidos através dessa relação de poder escola/aluno, pois os sujeitos, dentro desse espaço, ocupam seus lugares e produzem seus dizeres a partir deles. No meio social, cada sujeito ocupa um lugar que é “constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 1999, p. 39), por aí estar em jogo uma formação discursiva. Portanto, quando o sujeito discursivo falar de um lugar que lhe confira certo poder em relação ao seu interlocutor (relação de forças), a sua argumentação será mais efetiva, tendo maior chance de persuasão. No discurso do espaço escolar, os já-ditos que nele

emergem dizem respeito ao saber, à obediência, à hierarquia institucional, aos direitos, deveres e punições. Retomando Orlandi (2001, p. 129), é importante explicitar que

a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com a relação de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário.

O imaginário que envolve o espaço escolar é de que existe uma hierarquia onde o professor e a equipe diretiva exercem seu poder de mando sobre os alunos para torná-los capazes de conviver em sociedade. E equivocadamente pensam que este poder pode ser exercido aleatoriamente, sem justificativas. Mas, na contemporaneidade onde há muita informação e discussões na rede fica mais exposto o exercício do poder, tornando-se publicizado e menos eficaz. Para Lagazzi (1988, p. 47), “o conflito explícito requer a força explícita. A explicitação da força, da coerção, pode gerar a recusa da opressão, o que representa uma ameaça à ordem vigente. Ao poder não interessa nenhuma mudança, daí a tentativa constante de não desestruturar as relações”.

O movimento realizado pelos alunos, no início, representou uma luta pela não aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Reforma da Previdência, mas no desenrolar do Movimento tornou-se uma luta pela igualdade das minorias, de gênero e de raça. É o que mostra a sequência discursiva a seguir:

SDR3

Numa certa hora, vimos que os colegas negros estavam no movimento mas não falavam diante de professores e direção, quem fazia isso eram as gurias brancas... eles ficavam na retaguarda. Sem ninguém mandar, eles mesmo escolhiam, seus lugares de colaboração: na cozinha, na limpeza, como algo natural, que é, na verdade, imposto pela cultura, como é que pode?... E vejo isso aqui e agora... Também as meninas, aqui no IF são discriminadas em alguns cursos, onde professores e alunos colocam que determinada atividade do currículo não é para mulher. Os gays são também discriminados por alguns cursos, um curso fez uma musiquinha dizendo que lá só fazia machão, não havia boiola. Então resolvemos colocar também à frente do Ocupa uma menina negra, a mais corajosa... e colegas gays... Ainda é pouco, mas já é um começo...E ainda dizem que não há preconceito, que todos têm direitos iguais...

Nesta fala de uma aluna percebe-se hesitações, interrogações, silêncios que mostram o não dito, isto é, a perplexidade diante de determinados procedimentos que denotam a desigualdade entre negros e brancos: uns no trabalho braçal e outros no trabalho intelectual. Assim como o preconceito em relação às mulheres e gays, tão arraigado na sociedade capitalista que, mesmo hoje, ainda com todas as lutas e conquistas, persiste. A liderança do Ocupa, ao dar-se conta da perpetuação dos preconceitos, praticamente colocados em prática

pelos próprios prejudicados como se fosse algo natural e despercebido, realiza um pequeno passo para modificar tal postura. Isto trouxe alguns impactos negativos como a perseguição por parte de alguns funcionários que viam no movimento uma forma de trazer a promiscuidade para dentro do educandário. Também a aluna reporta-se ao dizer do Diretor e de sua equipe “todos têm direitos iguais” que reproduz uma formação discursiva da lei, mas que lhes é negada, então isso se constitui em um paradoxo, dizer algo e na prática contrariar este dito.

Nesta sequência a palavra que foi dita com mais entonação mais acentuada foi “discriminada e discriminados”, mostrando a perplexidade da aluna diante da realidade desta discriminação que se faz presente na própria postura dos prejudicados por uma questão cultural arraigada.

Ao final do Movimento, um outro aluno expressou seu posicionamento:

SDR4

Pois é, professora....Concluo que os dias em que ocupamos a escola foram muito cansativos. Se valeu a pena?... Até acho... que sim... Mas penso que meu pai tem razão, às vezes, outras não... Ainda não sei o que é melhor mesmo... Será que não desrespeitamos o Diretor, os professores?... A escola é durona, mas é boa... Como o meu velho fala... Ao mesmo tempo foi uma luta boa... (Risos) Não diziam que os jovens estavam anestesiados? Agora falam: baderneiros (pigarro), desocupados, massa de manobra,... Como é que alguns professores vão nos tratar? Os professores, com exceção de algumas piadinhas irônicas, foram legais... Nosso movimento nos tornou conhecidos, mas a Direção da escola nos ignora como grupo representativo dos alunos, dizendo que o Grêmio é a entidade que representa os alunos. Se vamos nas turmas para dar algum aviso, só podemos ir com alguém do Grêmio...

Percebem-se, neste sujeito discursivo aluno, muitas hesitações que trazem sentidos de um dizer permeado de dúvidas em relação ao posicionamento assumido: de ocupar a escola, de comandar, o que é uma coisa nova e que parece assustá-lo. Ao mesmo tempo percebe-se uma formação discursiva onde o respeito, a obediência, ainda prevalecem, advinda da família, da própria escola. Mas, também, o aluno mostra em seu dizer que as denominações: baderneiros desocupados, massa de manobra”, mesmo sendo pejorativas mostram o “Ocupa” como um grupo de resistência, semelhante a outros.

O silêncio integra a formação do sujeito e do sentido, e também está ligado à questão da censura. São alunos que falam sobre um determinado ato de resistência, tendo como interlocutora uma professora, que apesar de se mostrar apreciadora do movimento, ainda assim representa o poder, então o discurso possui lacunas significantes, ocupadas pelo não dito. Para Orlandi (2002, p. 87), “a censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão”- que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a “retórica da resistência” fazendo esse silêncio significar de outros modos”.

As interrogações também se fazem presentes, como uma forma de questionar, buscando uma resposta que se encontra talvez no silêncio. Ou dúvidas que necessitam ser respondidas, as quais propiciam ao sujeito discursivo inquietude e insegurança diante de posicionamento de resistência até então inusitado. Ao mesmo tempo, as ideias positivas sobre a ocupação são acompanhadas de adversativas, que fazem uma relação de oposição às certezas explicitadas. Para Foucault (2001, p. 154), “o poder da norma funciona facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais”.

Uma atitude reacionária, de protesto que vai de encontro a formações discursivas de dominação, de poder exercido pelos sujeitos discursivos da escola, pela família, gera dúvidas, hesitações que transparecem na voz e no dizer de um aluno que representa, talvez, a maior parte dos estudantes que se veem criticados por uns e incentivados por outros. Há, também, uma preocupação com a volta aos parâmetros anteriores, principalmente para os discentes, depois desta experiência de demonstração de força, de voz que é ouvida, tentando modificar costumes. Nesta volta, a equipe diretiva não reconhece o grupo como representativo dos alunos, tentando fazer com que a designação do grupo seja esquecida, mas os alunos continuam se impondo e tentando lutar, apesar de...

Para tentar fazer um gesto de conclusão diria que no discurso desses sujeitos, através de suas vozes, percebem-se formações discursivas, silêncios, hesitações, prenes de sentido que demonstram o quanto é difícil defender e lutar por uma determinada ideia, mas, principalmente, impor autoridade, comandar, em um espaço em que cada sujeito discursivo tem seu lugar explicitamente delineado, definido, posições sociais hierárquicas que são ocupadas para determinar. Percebe-se a força do Aparelho Ideológico que é a escola, disseminando dizeres que reforçam o poder e a ideologia vigente que permeia a sociedade.

Também, no corpus recortado para análise, palavras ficaram marcadas prosodicamente por uma entonação mais longa ou mais forte, denotando sentidos diferenciados na voz que se faz ouvir, nos silêncios, nas pausas. Portanto, este discurso, apesar de tudo, se faz presente numa forma de resistência, contra as vozes que o querem calar, impondo a opressão. Isto é, o mais importante é se constatar que apesar de tudo, o sujeito não se submete, ele resiste, ele argumenta, mesmo que sua voz seja ignorada. Assim, o sujeito busca na palavra, um instrumento para enfrentar o poder, provocado pelo tensionamento entre direitos e deveres. O enfrentamento, a não submissão ao poder, é a luta por um espaço de falar, de expressar ideias, mesmo que estas vão de encontro à hierarquia, aos desmandos, à ordem vigente. Para Lagazzi (1988, p. 98),

o sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo

determinado pela/determinador da história desse sujeito, lugar este que o impede de ser a origem absoluta de seu discurso.

Por isto, movimentos como este, realizados pelo grupo do “Ocupa” são criticados por uns, aplaudidos por outros, mas significam, pois realizaram embates com o poder instituído em uma escola tradicional e conservadora, fazendo-se ouvir, fazendo seu dizer ecoar dentro e fora das paredes do educandário. Um discurso cheio de pausa, hesitações, silêncios. Mas os silêncios do discurso do “Ocupa” são prenes de sentidos, significam mais que o dizer, eclodindo por detrás da palavra.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DOROW, Clóris Freire. *Mentira ou verdade? Marcas prosódicas assinalando sentidos no discurso do tribunal do júri*. Tese de doutorado. Pelotas: UCPel, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- LAGAZZI, Suzi. *O desafio de dizer não*. São Paulo: Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto*. São Paulo: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1997a.
- PÊCHEUX, Michel. *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997b.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- PIOVEZANI, Carlos. fragmentum, n. 36. Laboratório Corpus: UFSM, jan./mar. 2013.
- SOUZA, Pedro. *Michel Foucault, o trajeto da voz na ordem do discurso*. Campinas: Editora RG, 2009.

Recebido em: 01/06/2018

Aceito em: 09/10/2018